

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMULAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PIAUÍ

WILLIAM JORGE BANDEIRA*

1. Discussão sobre o Conceito de Projeto de Desenvolvimento

Pretende-se neste artigo tecer algumas considerações sobre a formulação de Um Projeto de Desenvolvimento para o Piauí. Em geral esse tema é discutido sem que sejam devidamente colocadas as premissas sobre o que se entende por projeto de desenvolvimento, ou ainda, sobre os fundamentos de desenvolvimento induzido em oposição ao conceito de desenvolvimento espontâneo.

Um projeto de desenvolvimento sempre se refere a um projeto de uma classe ou segmento social, o qual visa alcançar objetivos de longo prazo, quanto a valorização patrimonial (atividade econômica) e/ou ocupar espaços políticos através da captura do Estado, visando à consecução daqueles objetivos. Esse projeto ainda pode ser resultado de alianças políticas entre duas ou mais classes ou segmentos sociais, mesmo que no longo prazo os seus interesses sejam antagônicos, nesse último caso, o projeto representa uma estratégia de mudanças mais radicais com o intuito de deslocar do poder um antagonista comum para formar uma sociedade qualitativamente diferente.

Portanto, em uma sociedade convivem projetos antagônicos, decorrentes de concepções de mundo e de interesses econômicos diferenciados das várias classes e segmentos sociais presentes. O projeto "hegemônico", ou dominante, tem a primazia das políticas estatais e é responsável pela dinâmica da economia quanto à direção dos gastos e investimento públicos, os quais são coerentes com os objetivos das classes e segmentos sociais "hegemônicos". No entanto, não se pode descartar contradições e conflitos em relação à prática das políticas públicas, pois o Estado, pela necessidade de legitimação, não pode ignorar reivindicações das classes que

estão fora da aliança do poder, além do poder crescente de classes (ou segmentos de classes) emergentes que podem ser responsáveis por ações importantes, nas quais o próprio Estado tem interesse.

Numa sociedade ainda dominada por interesses agrários, de corte "pré-capitalista", como o Piauí, o Estado pode considerar com simpatia investimentos industriais e comerciais de grande porte, ainda que tais investimentos possam provocar, no futuro e pela continuidade, mudanças qualitativas importantes na correlação de forças políticas e econômicas.

Porém, ainda que esses investimentos possam provocar, no médio e longo prazo, mudanças significativas na estrutura econômica, não se pode inferir que essas novas forças possam formular seu próprio projeto, o que significa um rompimento com as forças dominantes. É possível, e quase sempre acontece, que as classes emergentes (principalmente a classe dos empresários) prefiram firmar alianças com as classes "hegemônicas", negociando mudanças leves na estrutura do poder e formas novas de relacionamento com a sociedade, sobretudo no âmbito político (a mudança da política coronelista pela clientelista, pode ser citada como exemplo).

Como nessas sociedades, o espaço para o desenvolvimento industrial é pequeno, principalmente pela limitação do mercado consumidor, as empresas que se instalam ou visam o mercado externo ou aproveitam nichos de mercados compostos por segmentos de baixa renda, que recebem salários prioritariamente de empregos públicos e/ou de assalariados nos vários tipos de empresas existentes, ou ainda, nos setores

autônomos de baixa qualificação.

No campo, as mudanças nas unidades produtivas latifundiárias são sutis. O patrimônio agrário continua sendo valorizado através de investimentos públicos de infra-estrutura (energia, estradas, telecomunicações, barragens, equipamentos sociais, etc.) distribuídos de acordo com a força política dos vários segmentos do setor e dos interesses dos políticos em manter sua "clientela" satisfeita, visando as próximas eleições. As grandes propriedades, em sua maioria, abandonam o sistema de "coerção" econômica pela relação direta da propriedade pelo sistema de fornecimento de áreas para arrendamento (ou parceria) e assalariamento temporário dos produtores de subsistência (e rendeiros) para cuidar de seus animais e plantações, sem que seja introduzido técnicas modernas e difundidas (para valer) as relações de assalariamento, pode-se falar, assim, numa certa "modernização do antigo latifúndio".

Essas considerações (hipotéticas porque não é fruto, ainda, de pesquisas mais profundas) permitem inferir que a situação atual do Piauí é a da vigência de um projeto "híbrido", com um discurso confuso de "rompimento com a oligarquia", mas sem definir claramente objetivos e ações planejadas mais consistentes. Essa aparente contradição pode refletir a perda de substância do "projeto oligárquico", mas sem se definir ainda um novo projeto tendo a frente a classe empresarial. Teresina é o "lôcus" privilegiado onde se pode observar indícios mais nítidos de "um novo projeto" de caráter mais "burguês", isto porque são em Teresina onde se instalam, preferencialmente, as principais empresas do Estado, além de ser sede da administração central, sendo, ainda, responsável por mais de 50% do PIB estadual.

AÇÃO DE UM PROJETO DE ARA O PIAUÍ

2. O limiar de um novo projeto para o Piauí?

Marx afirmou, certa vez, que “a sociedade não coloca um problema sem que se tenham criado as bases para a sua solução”. No Piauí, o projeto “oligárquico” vem perdendo substância à medida que se intensifica o fluxo migratório e aumentam os investimentos empresariais. Com isso, as áreas urbanas ganham em importância e a classe empresarial se fortalece, pressionando o poder público quanto a realização de ações planejadas que contemplem seus objetivos ligados ao cálculo econômico capitalista.

A taxa de urbanização cresce de modo acelerado. Em 1997, essa taxa era de 58,6%, em projeção até o ano 2020, chega-se a um índice superior a 78%. Os investimentos públicos agrários, geralmente apropriados pelas elites rurais, caíram muito na década dos anos 90. Em contrapartida, crescem no campo, investimentos empresariais privados (agroindústrias, fruticultura, grãos, etc), os quais levam a mudanças importantes nas relações de produção, rumo a intensificação das relações capitalistas.

A indústria vem crescendo a taxas médias em torno de 7,7% desde o início dos anos 70, ganhando participação no PIB estadual. Teresina foi o principal foco de crescimento industrial no período. Continua recebendo importantes investimentos, sobretudo nas áreas de confecções, cerâmica e agroindústrias.

São bastante promissoras as perspectivas de grandes investimentos empresariais nas áreas do agronegócio (em todo o Estado), têxtil/confecções e cerâmica (prioritariamente em Teresina), indústria alimentar, metalurgia, movelaria e outros.

Portanto, as bases (econômicas e políticas) de sustentação das forças tradicionais agrárias vêm se deterio-

TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICAS DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIAUÍ

Discriminação	1970/80	1980/90	1990/95	1970/95
Agricultura	5,7	5,6	-1,3	4,3
Indústria	9,7	8,4	2,5	7,7
Serviços	11,5	6,5	1,2	7,4

Fonte: Dados Básicos da SUDENE

rando rapidamente, a agricultura, na primeira metade dos anos 90, obteve crescimento negativo. Por outro lado, os interesses empresariais se fortalecem de modo intenso, seja no campo, seja nas cidades, embora de modo desigual ao longo do território estadual.

Porém, se as condições objetivas de um “projeto moderno” estejam amadurecendo, não significa que a conscientização da classe empresarial esteja suficientemente amadurecida para formar um bloco político/econômico coeso para elaborar um “discurso coerente, consistente e abrangente”, que possa ser a base ideológica de sustentação de um novo projeto para o Estado, tendo à frente o segmento industrial e agroindustrial e seus e aliados das áreas dos serviços e do comércio.

Nesta área, as dúvidas são grandes. Os interesses agrários tradicionais ainda são bastante bem representados nas instâncias do executivo e do legislativo. Ainda carece de nitidez a força política dos grupos empresariais emergentes, seja na representação política direta, seja ao nível de influência nas decisões nas várias instâncias dos poderes constituídos. No nível partidário, ainda não se vislumbra claramente um partido representante dos interesses empresariais, além disso, as alianças entre partidos, salvo outros juízos, ainda são instáveis e confusas, quando não apenas pontuais e cíclicas (ou conjunturais).

No entanto, estão surgindo lideranças empresariais jovens, militantes nas entidades de classe e engajando-se

em funções políticas ao nível de partidos e no executivo, e conscientes da necessidade de um projeto alternativo consistente que possibilite o desenvolvimento econômico e social do Estado. Esses são indícios importantes de que estas lideranças começam a exercer influência marcante nas decisões políticas, implicando em ações planejadas visando ampliar os investimentos empresariais e conseqüentemente, criar condições efetivas de mudanças na configuração da economia estadual.

3. Bases Econômicas de Um Projeto Alternativo

Supondo-se que as condições objetivas e subjetivas de um novo projeto de desenvolvimento para o Estado do Piauí estejam em fase de amadurecimento, neste tópico toma-se a liberdade de alinhar alguns elementos que se considera relevantes do ponto de vista econômico para serem objeto de ações planejadas, tendo como horizonte o longo prazo e objetivando o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Fala-se em ações planejadas em oposição ao desenvolvimento espontâneo, sem nenhuma conotação à discussão liberalismo versus intervencionismo. O planejamento é necessário em qualquer instância e representa um instrumento político, pois não deixa de ser um instrumento a serviço de interesses que enfrentam oposições, por isso ele

não é neutro, nem tampouco revolucionário, com isso, descarta-se a noção de planejamento sob a ótica da simples técnica de alocação ótima de fatores de produção.

Portanto, o planejamento, na ótica adotada aqui, representa um instrumento que vai direcionar toda a ação governamental no sentido de possibilitar o cálculo capitalista, que venha facilitar e incentivar os investimentos empresariais competitivos. É neste ponto que o planejamento exerce sua função política, pois as ações governamentais devem obedecer rigorosamente a lógica do capital, descartando interesses meramente cartoriais ou clientelistas. É por isso que o **planejamento do desenvolvimento** só é viável quando se tem um projeto burguês claramente definido e que tenha "capturado" o próprio Estado, em todas as suas instâncias.

Sem estas condições estarem presentes, as sugestões alinhavadas a seguir terão utilidade meramente acadêmica.

Para evitar divagações mais longas, procura-se colocar de forma pontual as ações mais cruciais e centrais para um projeto de desenvolvimento para o Estado do Piauí.

O desenvolvimento do Piauí deve ser centrado na utilização racional de seus recursos básicos mais fundamentais, os quais estão representados pelo grande potencial irrigável em quase todas as suas regiões (cerca de 900.000 ha), nas áreas de cerrados propícias para a produção de grãos (inclusive soja), em suas bacias hidrográficas (e barragens) para produção agrícola e pecuária. Esse potencial de produção agropecuário deve ser trabalhado para propiciar, principalmente, matérias-primas para a formação de grandes pólos agroindustriais em regiões estratégicas do Estado, sobretudo às polarizadas por Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Corrente/Bom Jesus, Uruçui/Santa Filomena.

Os grandes objetivos a serem alcançados podem ser os seguintes:

(1) reversão dos fatores responsáveis pela concentração da renda e da riqueza;

(2) eliminar gradualmente a pobreza absoluta concentrada principalmente nas periferias (favelas) dos centros

urbanos e na economia de subsistência das áreas rurais e urbanas;

(3) formação gradual de um mercado de massas ou inserir no mercado as pessoas marginalizadas.

O alcance desses objetivos implica esforços intensos na taxa de crescimento do PIB estadual, integrando a dimensão econômica com a social, em que a dimensão social significa geração de novos empregos, melhorias salariais, redistribuição de renda, apoio às pequenas e médias empresas, investimentos maciços em educação, saúde e saneamento básico.

Os programas prioritários seriam os listados a abaixo:

Programa de Irrigação

Esse programa visaria o aproveitamento dos rios, lagoas, barragens, águas subterrâneas, com distribuição equilibrada entre a irrigação pública e a privada, além da necessidade de definir modelos de produção e de gestão adequados e eficientes, sobretudo quanto a inserção dos pequenos produtores. Os projetos específicos poderiam contemplar o uso e racionalização da água, aproveitamento das várzeas irrigáveis, aproveitamento das barragens existentes. Além dos projetos públicos integrados de dotação de infra-estrutura econômica, crédito, assistência técnica, treinamento necessário, energia, comunicações, informações de mercado, armazenamento, experimentação agrônômica, dentre outros;

Programa de Agroindústria

Deverá ser articulado com o programa de irrigação e, ainda, abranger a região dos cerrados, sobretudo o sudoeste do Estado. Na verdade esse programa deverá fazer parte de uma política industrial global, mas seu maior mérito será ligar a agricultura à indústria, proporcionando a criação de empregos agrícolas e urbanos, bem como um mercado seguro para os produtos agro-pecuários. Por outro lado, esse programa propiciará a interiorização da industrialização, tendo como consequência uma melhor distribuição do

fluxo migratório, dando uma configuração bem mais equilibrada ao quadro urbano estadual. Esse programa deverá ser abrangente, no sentido de que deve ser distribuído em vários pólos localizados nas regiões de Parnaíba, Teresina, Picos, Floriano, Cerrados/Gurguéia, principalmente;

Estratégias Industriais Básicas

Deverá apresentar três vertentes:

(1) incentivar setores industriais ligados a base de recursos naturais locais e que possam ser fortalecidos através de ligações mais efetivas com o setor rural e com melhorias tecnológicas, gerenciais e financeiras. Citam-se os seguintes ramos como alimentar, (óleos vegetais, massas, processamento de castanha de caju, confeitaria e panificação, pescado, beneficiamento de cereais, etc), indústria têxtil/confeções, indústria de calçados, couros e peles, dentre outras. A idéia básica é trabalhar com o conceito de **cadeias produtivas**, isto é, trabalhar cada setor procurando identificar elos da cadeia, articulando-os e/ou procurando o preenchimento de "vácuos", articulando a integração, também, entre empresas de portes diferenciados.

(2) A segunda vertente diz respeito a promover a **formação de novas indústrias** associadas aos pólos agroindustriais, tais indústrias podem estar associadas à produção de milho é soja, couros e peles e calçados, produção animal (refrigeração e beneficiamento de carnes), industrialização de frutas, etc.

(3) A terceira vertente da estratégia seria **incentivar as empresas de pequeno porte**;

Programa Social.

A política social deveria apresentar três grandes projetos:

(1) Projeto de combate a pobreza e à miséria;

(2) Projeto de geração de emprego e renda;

(3) Projeto de formação de mão-de-obra. Todos de dimensão estadual e articulados às políticas anteriores;

E O AJUSTE ?

São basicamente duas as mais importantes:

(1) Política de conservação e uso racional dos recursos naturais e proteção ambiental;

(2) Política de desenvolvimento integrado e equilibrado do espaço estadual.

Todas as políticas sugeridas devem ser tratadas ao mesmo nível de prioridade e rigorosamente articuladas entre si. A forma de tratamento deverá priorizar estudos de viabilidade econômica para um conjunto de projetos em cada área prioritária, estabelecendo cronogramas de execução, orçamentos monetários, fontes de recursos e formas de negociação.

Um pré-requisito importante para o desenvolvimento do Plano proposto é a Reforma do Estado. Essa reforma deve abranger uma redefinição patrimonial e administrativa no sentido de alcançar dois objetivos básicos:

(1) gerar saldos financeiros para viabilizar os projetos a serem negociados, em que os órgãos financiadores exigem contrapartida do Estado;

(2) viabilizar uma equipe técnica competente e motivada para trabalhar na elaboração, execução e avaliação dos projetos, além da modernização da máquina administrativa para melhor gerir os projetos.

4. Conclusão

As idéias colocadas representam apenas uma pequena contribuição ao debate sobre a formulação de um projeto de desenvolvimento para o Piauí, no próximo milênio, tema que a Universidade Federal está propondo para discussão durante o presente ano.

Não se tem a pretensão de achar que as referidas idéias sejam as únicas válidas e verdadeiras sobre a realidade estadual, mas, objetiva-se fomentar uma discussão ampla e abrangente sobre um tema de alta relevância para o futuro do Estado do Piauí ●

* *Wiliam Jorge Bandeira* é Doutor em Economia pela Unicamp e professor de Economia/UFPI

STÉFANO ALMEIDA LOPES*

No dia 30-06-94, o Brasil dava um novo passo importante na sua história. Nesta data foi concebido o Plano Real através da Medida Provisória nº 542, de 30-06-94, Dou de 30-06-94, que "*Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional e os critérios para a conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.*" E que foi reeditado com a Medida Provisória nº 785, de 30-06-94, Dou de 23-12-94.

O Plano Real trouxe uma série de implicações para a economia brasileira. Passamos por fases de estabilidade econômica, inflação zero, equidade da nossa moeda com o dólar, euforia de um novo Brasil e agora... Estamos de volta com a inflação e o desemprego atormenta nossa economia.

O fator apontado pelos economistas e autoridades na área econômica, para a atual situação que o Brasil vem passando, a despeito do sucesso que vinha tendo o Plano Real, é o ajuste fiscal. É unânime a afirmação de que a falta de um ajuste fiscal foi a causa da bancarrota da economia nacional e os especialistas dizem que, quanto antes seja aplicado um ajuste sério no país, tanto mais rápido será a recuperação da situação pela qual o Brasil passa hoje.

O Brasil progrediu muito desde a criação do Plano Real. Segundo a revista inglesa *The Economist*, "No início de 1994, para os estrangeiros o Brasil era uma piada. Hoje, quaisquer que sejam suas falhas ou problemas, o maior país da região é tratado com o respeito que merece". Porém para continuar a ser respeitado a nível mundial os políticos que estão a frente das decisões,

no Brasil possuem uma missão vital e urgente para a nação: equilibrar as contas públicas.

A questão do equilíbrio das contas públicas é um problema que já existe há décadas e até hoje vem sendo adiado. Com a implantação do Plano Real o governo continuou vivendo além de suas possibilidades, financiando os desequilíbrios internos com os recursos vindo do exterior, até que a fonte secou. De acordo com o economista Eduardo Gianetti, "Em vez de enfrentarmos nossos problemas, preferimos ganhar tempo absorvendo a poupança externa para dar sobrevida a um arranjo que, todos nós sabíamos, não iria durar para sempre. Foi uma poupança imprudente, que serviu para financiar o déficit do governo. Desperdiçamos a oportunidade que o resto do mundo estava nos dando para investir na produção e crescer."

O Governo implantou um pacote com 51 medidas para cortar gastos e aumentar receitas, mas foi um pacote sem sucesso. Todos querem a estabilidade, no entanto, o governo fica adiando as medidas que necessitam serem tomadas. Ninguém gosta de recessão. Mas, se esse for o preço a pagar por um saneamento verdadeiro das contas, o país terá, mais à frente, todas as condições de retomar o crescimento em bases sólidas. A conta será tanto mais alta quanto mais tempo demorar para que o ajuste seja feito.

Segundo os principais especialistas da área econômica o problema vital para o Brasil é a questão do ajuste fiscal. Cabe a nossa equipe econômica e